

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Objetivo:

Contratação Processo Licitatório para Concessão de EXPLORAÇÃO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE ESPAÇO PARA VENDA DE ALIMENTOS no período de 24 a 27 de julho de 2025, durante a 39ª Festa do Colono, localizado no Parque do Agricultor, de acordo com o orçamento requisitado.

Analisar a viabilidade da concessão intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto está acima indicado.

Área requisitante da contratação: Secretaria de Agricultura e Expansão Urbana

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	Cargo/Função	Matrícula	E-mail
Jorge Andriani	Assessor Executivo	2679101	jorge.andriani@itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A Secretaria de Agricultura e Expansão Urbana realiza anualmente a tradicional Festa Nacional do Colono, evento que reúne um **total de 100 mil pessoas** nos quatro dias de festa.

Destaca-se que o município de Itajaí, como um todo, não dispõe dessa Prestação de Serviço para a realização do evento sem a necessidade dessa contratação.

Este procedimento licitatório visa à autorização de uso de bem público para exploração da OPERACIONALIZAÇÃO DE ESPAÇO PARA VENDA DE ALIMENTOS no período de 24 a 27 de julho de 2025, durante a 39ª Festa do Colono, localizado no Parque do Agricultor. O autorizado interessado deve atender ao presente regulamento, no interior do local denominado “Parque Municipal do Agricultor” durante o evento supra citado e em conformidade com o respectivo contrato assinado pelas partes.

A autorização se dará a exploração da Operação de Alimentos em 10 (dez) unidades internas e 18 (dezoito) unidades externas (apenas a área de uso) dos segmentos abaixo citados, por ato unilateral, a título precário e remunerado:

- 10 (DEZ) ESPAÇOS SEM ESTRUTURAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE COZINHAS e ESPAÇO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO, disponibilizados pela Secretaria de Agricultura, SEM ESTRUTURA – Disponibilização de área.

- 18 (DEZOITO) ESPAÇOS SEM ESTRUTURA, para a Exploração de pinhão e Quentão, churros, *shawarma*, pirão com linguiça, batata recheada, entrevero, fondue de chocolate e frutas, cachorro quente, algodão doce, pipoca, Coquinho/Cocada, *kreps*, sorvete, espetinho, lanches e doces.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A contratação destes serviços está prevista no Plano Anual de Contratações.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

4.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante serviço pertinente e compatível em características com o objeto da presente licitação. Informações mínimas no atestado: nome da pessoa jurídica que forneceu o atestado, com identificação da

pessoa/cargo que assinou o documento; identificação do objeto fornecido; local e data.

a.1) entende-se por pertinente e compatível em características os atestados que, contemplem os serviços de realização de eventos, com fornecimento serviços de recepção, montagem, decoração, aplicação de produto retardante de chamas para tecido, com apresentação de laudo e ART fornecido por engenheiro.

a.2) pelo menos um dos atestados, deve ser de evento de grande porte, com no mínimo 50% de público previsto para o evento licitado.

b) Alvará Sanitário expedido pelo Serviço de Vigilância Sanitária e Epidemiológica da secretaria de Saúde da sede da licitante, dentro do prazo de validade.

c) Declaração de comparecimento de vistoria técnica, assinada pelo servidor responsável em acompanhar a visita, ou declaração de optante pela não realização da vistoria

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Item	Descrição	Valor R\$
01	10 (DEZ) ESPAÇOS SEM ESTRUTURAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE COZINHAS e ESPAÇO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO, disponibilizados pela Secretaria de Agricultura, SEM ESTRUTURA – Disponibilização de área e 18 (DEZOITO) ESPAÇOS SEM ESTRUTURA, para a Exploração de pinhão e Quentão, churros, <i>shawarma</i> , pirão com linguiça, batata recheada, entrevero, fondue de chocolate e frutas, cachorro quente, algodão doce, pipoca, Coquinho/Cocada, <i>kreps</i> , sorvete, espetinho, lanches e doces.	R\$ 27.500,00

Descrições conforme cronograma abaixo:

O processo licitatório na modalidade pregão eletrônico tem por objetivo a contratação de empresas com prestação de serviços necessários exposições e feiras para o período de 24 a 27/07/2025, é necessário que os procedimentos licitatórios atinentes a presente contratação deve estar prontos até o final de maio de 2025, auxiliando no planejamento e na distribuição dos espaços autorizados.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A Secretaria de Agricultura e Expansão Urbana realiza anualmente a tradicional Festa Nacional do Colono, evento que reúne um **total aproximado de 100 mil pessoas** nos quatro dias de festa.

Durante o transcorrer deste grandioso evento, é notória a necessária de disponibilização de alimentação aos visitantes da festa, que, dentre outros motivos, buscam entretenimento, divertimento e uma boa comida que, em conjunto, garantirão uma ótima experiência a todos.

Não somente isto, esta grandiosa festa, através da praça de alimentação e dos diversos outros espaços de alimentação (28 ao todo) gerarão diversos empregos diretos e indiretos, impactando sobremaneira os habitantes dos nossos bairros e comunidades do interior.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Conforme orçamentos prévios obtidos por meio de pesquisa de preços realizada, verificou-se o valor total de referência para o presente processo licitatório é o recebimento mínimo de **R\$ 27.500,00 (Vinte e Sete Mil e Quinhentos Reais).**

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Conforme estipulado no item 6, com a finalidade fomentar a alimentação e o divertimento dos visitantes da festa, a empresa vencedora do certame fornecerá 28 (vinte e oito) espaços para alimentação, que farão parte da praça de alimentação e dos espaços externos, garantindo boa gastronomia e divertimento a todos.

Não somente isto, como também já citado no item 6, a solução ora escolhida tem o condão gerar diversos empregos diretos e indiretos para as comunidades e bairros rurais de Itajaí. A boa gastronomia também aumentará o fluxo de turistas na festa, curiosos e simpáticos aos produtos rurais, aumentando, por conseguinte, o consumo no terceiro setor de nossa cidade.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por maior oferta, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A presente licitação visa a CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA OPERACIONALIZAÇÃO DE ESPAÇO PARA VENDA DE ALIMENTOS no período de 24 a 27 de julho de 2025, durante a 39ª Festa do Colono, localizado no Parque do Agricultor, não sendo dividido em itens diferentes, já que a empresa que possivelmente licitará, para uma melhor organização dos espaços, diversidade de tipos de alimentos disponibilizados etc., deverá ser única.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O objeto desta contratação visa alcançar resultados significativos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Primeiramente, ao optar pela contratação de empresas especializadas, espera-se uma redução substancial nos custos operacionais. Empresas especializadas possuem experiência e eficiência na execução dos serviços, o que resulta em menor tempo de execução e redução de desperdícios de materiais. Essa eficiência operacional contribui para uma significativa economia de recursos financeiros, uma vez que os custos são otimizados e os serviços são realizados dentro dos prazos estabelecidos, evitando gastos adicionais decorrentes de atrasos ou retrabalhos.

Além disso, a contratação de empresas externas permite um melhor aproveitamento dos recursos humanos da administração pública. Com a ausência de servidores capacitados para esses serviços específicos, a terceirização libera a força de trabalho existente para se concentrar em suas funções principais, aumentando a produtividade e a eficiência geral da administração. Isso garante que os servidores possam focar em atividades estratégicas e administrativas, ao invés de serem alocados para tarefas operacionais para as quais não têm a devida qualificação.

No que diz respeito aos recursos materiais, empresas especializadas geralmente possuem acesso a equipamentos e tecnologias avançadas que a administração pública pode não ter disponível ou não ter recursos para adquirir. O uso desses equipamentos modernos não só melhora a qualidade dos serviços prestados, mas também reduz o tempo de execução e a necessidade de manutenção futura, prolongando a durabilidade das obras realizadas.

A economicidade também é promovida pela competitividade do processo licitatório. A seleção de empresas através de licitação pública garante que os contratos sejam firmados com fornecedores que oferecem o melhor custo-benefício, maximizando o retorno sobre o investimento. A concorrência entre as empresas participantes do processo licitatório assegura que os preços sejam justos e competitivos, evitando superfaturamento e garantindo que os recursos financeiros sejam utilizados de forma eficiente.

Ademais, a terceirização destes serviços permite uma flexibilidade orçamentária maior. A administração pública pode ajustar os contratos conforme as necessidades e a disponibilidade de recursos, contratando serviços apenas quando necessário e evitando despesas fixas com manutenção de equipes internas e equipamentos que podem não ser utilizados continuamente.

Por fim, a garantia de qualidade nos serviços contratados é outro resultado pretendido. Empresas especializadas são obrigadas a cumprir padrões de qualidade estabelecidos no contrato, e a administração pública pode exercer um controle rigoroso sobre a execução dos serviços, garantindo que os resultados atendam às expectativas e às normas técnicas vigentes. Isso contribui para a satisfação da população e a preservação do patrimônio público, evitando gastos futuros com reparos e manutenção corretiva.

Em suma, a contratação de empresas especializadas para estes serviços específicos proporciona uma gestão mais eficiente e econômica dos recursos humanos, materiais e financeiros, promovendo resultados de alta qualidade, otimização dos custos e melhor alocação das atividades internas da administração pública.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Verificação de Regularidade Jurídica e Fiscal da Contratada:

- Comprovação de que a empresa selecionada atende aos requisitos de habilitação jurídica e fiscal, incluindo a apresentação de certidões negativas de débitos tributários, previdenciários e trabalhistas, conforme exigido no edital.

Análise e Aprovação dos Documentos Necessários:

- Conferência e validação de toda a documentação exigida para formalização do contrato, incluindo a proposta final e os documentos de habilitação apresentados pelo licitante vencedor.

Confirmação de Previsão Orçamentária e Financeira:

- Comprovação da existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira para a cobertura das despesas geradas pelo contrato.

Publicação dos Resultados da Licitação

- Divulgação dos resultados da licitação e adjudicação do objeto ao vencedor, conforme previsto na legislação e no edital, garantindo a transparência do procedimento.

Designação de Gestor e Fiscal do Contrato:

- Nomeação formal do gestor e, se necessário, do fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Formalização do Contrato:

- Formalização do instrumento contratual por escrito, com a assinatura das partes e registro do contrato em sistema oficial, quando aplicável.

Publicação do Extrato do Contrato:

- Publicação do extrato do contrato em meio oficial, como forma de assegurar a transparência e a publicidade do ato administrativo.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não há impactos ambientais que podem ser gerados unicamente em razão de contratações geradas a partir desse objeto. Todavia a empresa deverá efetuar o descarte de resíduos gerados pela prestação de serviço em local adequado, em conformidade com a Lei Federal 1235/2010.

Fica a CONTRATADA comprometida a proteger e preservar o meio ambiente e prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente, emanadas das esferas federal, estaduais e municipais, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus fornecedores.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
Jorge Andriani Matrícula 2679101	Flavia Cristina Fanta Sehn Matrícula: 2196802

Itajaí, 10 de março de 2025	Itajaí, 10 de março de 2025
-----------------------------	-----------------------------

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

ITAJAÍ/SC, 10 DE MARÇO DE 2025.

Jorge Andriani
Matrícula 2679101

Flavia Cristina Faita Sehn
Secretária de Agricultura e Expansão Urbana